



A PROTEÇÃO SOCIAL, A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA E A REPRODUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DO SER HOMEM E DO SER MULHER: a realidade apontada pela pesquisa empírica realizada no CRAS Santa Rita, no município de Imperatriz-MA.

Édyla Azevedo da Silva¹

Julieta Guerra Maia²

Marizangela Ribeiro Taveira³

RESUMO

Este trabalho analisa os significados da política de Assistência Social orientada pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no processo de construção histórico e conceitual acerca da reprodução dos papéis sociais do ser homem e do ser mulher, compreendendo a relação deste contexto com a centralidade na família estabelecida por essa política. A pesquisa realizada no CRAS de abrangência da região do Grande Santa Rita, foi conduzida por uma análise qualitativa, tendo como enfoque metodológico o materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Família. Proteção Social. Papéis Sociais.

ABSTRACT

This paper analyzes the meanings of policy-oriented Welfare Reference Centre for Social Welfare - CRAS in the process of building conceptual and historical about playing the roles of a man and a woman, understanding the context of this relationship with the centrality family established by this policy. A survey conducted in CRAS coverage of the Greater Santa Rita, was conducted by a qualitative analysis, focusing methodological dialectical historical materialism.

Keywords: Family. Social Protection. Social Roles

¹ Estudante de Pós-Graduação. Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). E-mail: edyla_azevedo@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação. Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). E-mail: julieta_maia@hotmail.com

³ Estudante de Pós-Graduação. Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA).



1 INTRODUÇÃO

A análise da sociedade mostra que sua construção histórica, social e cultural é marcada por contradições estruturais que refletem em exclusão de uma grande contingente populacional. Essa exclusão proporcionara desigualdades sociais não só de ordem econômica, como também cultural, que por sua vez, é determinada pela relação de poder e constituída por critérios de raça e gênero.

No Brasil, a partir de meados do século XX, a efervescência dos movimentos sociais colocou na agenda política a necessidade de se adotar medidas que objetivassem a redução dessas desigualdades sociais. Tais medidas têm considerado com maior relevância os aspectos econômicos, deixando para segundo plano os aspectos culturais. Assim sendo, as políticas adotadas, embora proporcionem melhores condições de vida, naturalizam as relações de poder e reproduzem no contexto social o processo de dominação.

Nesse contexto, esse estudo traz uma compreensão a cerca deste fenômeno. No entanto, esse foi considerado a partir da Política de Assistência Social conduzida pelo Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS, uma vez que essa direciona suas ações a família, e na nossa perspectiva, tem contribuído para a reprodução das representações sociais do ser homem e do ser mulher construídas socialmente ao longo da história.

Esse estudo possui um caráter qualitativo, portanto consideraram-se nesse estudo as falas dos entrevistados. Assim, trata-se de uma pesquisa explicativa na qual fora utilizado como procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo, conduzida através de entrevistas e da observação.

O conteúdo do trabalho reflete de maneira sistemática a temática em questão, relacionado-a com os aspectos sociais, culturais e econômicos de determinados períodos históricos. Deste modo, faz uma abordagem histórica a cerca da proteção social e da centralidade na família e posteriormente, analisa os resultados da pesquisa considerando alguns aspectos a cerca da funcionalidade e da implementação do Cras Santa Rita.

2 A PROTEÇÃO SOCIAL E A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA

No período do capitalismo sob a égide do pensamento econômico liberal, a proteção social era assegurada pela família cuja função se constituía no provimento dos



seus membros através de uma renda advinda do mercado, seja pela propriedade dos meios de produção ou pela venda da força de trabalho. Conforme assegura Miotto (2008, p. 131).

(...) a consolidação da família como instância privada, com uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres, e do indivíduo (homem e trabalhador assalariado) responsável moral pela provisão familiar, instaura o reinado da família como fonte de proteção por excelência. Ou seja, a família passa a ser o “canal natural” de proteção social vinculado obviamente às suas possibilidades de participação no mercado para compra de bens e serviços necessários à provisão de suas necessidades.

É notório que a função e os papéis da família e dos seus membros eram definidos claramente, também é importante observar que os papéis sociais de homens e mulheres eram deliberados pela organização social patriarcal. Os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades do núcleo familiar eram comercializados.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, agravaram-se as condições de higiene e moradia da população. A precária condição de vida no espaço urbano-industrial, sobretudo das classes subalternas, ocasionaram mudanças no que se refere à saúde populacional. Assim, a nova organização econômica e social passou a requerer das famílias o cuidado com o corpo, instaurando um processo de medicalização⁴ (CAPONI, 2000 APUD MIOTTO, 2008).

A família, entendida como instituição cuidadora e protetora, é colocada a necessidade do cuidado da saúde de seus membros, possibilitando a construção de novas regras de higiene e de costume. Neste processo, foram importantes as práticas filantrópicas da Igreja Católica juntamente com as damas das famílias burguesas, que passaram a intervir nessas expressões com ações de disciplinarização e adequação da população vulnerável a nova realidade social.

Miotto (2008) destaca que devido o papel social atribuído historicamente a mulher, ela é elevada a condição de cuidadora por excelência. Aqui, a afirmação de Caponi (2000) apud Miotto (2008) é bastante elucidativa:

Em relação às famílias proletárias, as “políticas assistenciais” dos filantropos vão jogar papel fundamental na inculcação de uma vida disciplinada e laboriosa que só pode ocorrer “no interior de uma família ‘higiênica’ e ‘laboriosa’”. Ou seja, além da importância da sobrevivência dos filhos, cabe à mulher também tirar o marido das ruas e dos bares para que ele “prefira a previsão da poupança à dilapidação das reservas em festas populares (CAPONI, 2000, apud MIOTTO, p.133).

⁴ Processo a medicina passa a interferir no modo de vida da população, colocando a construção de novos conceitos no que se refere a higiene, os valores, os costumes, etc.



Neste momento histórico, a família se constituía como um espaço social fundamental para a proteção social dos seus membros. Contudo, com as mudanças estruturais do sistema capitalista, as condições de vida da população que dependia da venda da força de trabalho para suprir suas necessidades, agravaram-se gradativamente, colocando em evidência a impossibilidade da família e do mercado no provimento da proteção social (MIOTO, 2008).

A “questão social” foi um elemento preponderante para as mudanças na forma de proporcionar a proteção social, seu agravamento no espaço urbano-industrial implicou na necessidade de intervenção Estatal e em novos direcionamentos ao papel do Estado.

Neste período, o denominado Estado Social ou Estado de Bem-Estar Social passa a regular as relações sociais e a prover o bem estar coletivo. Assim, “a proteção social ganha status de direito de cidadania e passa a ser gerida através de sistemas específicos no interior dos Estados, envolvendo um amplo conjunto de profissionais (MIOTO, 2008, p. 134)”.

De acordo com Miotto (2008) neste período as ações do Estado para garantir a proteção social foram desenvolvidas de maneira diversificada e em conformidade com a realidade de cada país, além disso, não foram abandonadas as antigas formas de proteção social. Portanto, a família continuou como uma instituição importante para o sistema de proteção social.

É importante ressaltar, as transformações na vida das mulheres com sua inserção no mercado de trabalhos foram insuficientes para sua emancipação. As mulheres passaram a desempenhar duplas jornadas de trabalho - uma no trabalho assalariado e outra no seu âmbito doméstico. Assim, a família se constituiu como uma aliada importante nos sistemas de proteção social dos anos do capitalismo de bem-estar, “através dos trabalhos não pagos das mulheres” (MIOTO, 2008, p.136).

Sobre os sistemas de proteção social e com base nos diferentes modelos de Estados Bem-Estar Social, Esping-Andersen (1991) apud Miotto (2008), aponta dois conceitos importantes, o de desfamiliarização e o de familismo⁵.

Posteriormente, com a recessão econômica da década de 1970 e a crise do modelo de Bem-Estar Social, bem como a ascensão do pensamento neoliberal, houvera um

⁵ Na desfamiliarização o objetivo é assegurar a proteção social do grupo familiar ou de seus componentes individualmente, através de políticas sociais, tendo em vista sua independência ou autonomia em relação aos demais membros e/ou parentes. Essa proteção pode ser garantida pelo Estado ou pelo mercado. Já o familismo entende que a família é responsável pela proteção social dos membros que a compõe, devendo assim ser cuidada e protegida pelo Estado.



pluralismo no que se refere à proteção social. Segundo, Pereira (2004) apud Miotto (2008) o denominado pluralismo de bem-estar:

(...) consiste na quebra da centralidade do Estado na provisão de bem-estar, típica do Estado de Bem-Estar Social, em favor do mercado e dos setores não-governamentais e não-mercantis (Terceiro Setor) como atores fundamentais nas decisões e na prática da política social (MIOTTO, 2008, p.138).

Neste contexto há um retorno as concepções liberais e como medidas de retomada ao crescimento econômico foram adotadas medidas de redução dos gastos públicos com a proteção social e apoio aos investimentos no mercado, o que implicou na recomercialização dos serviços de proteção social.

Assim, o Estado passou a regular políticas de proteção social de caráter familista, que segundo Miotto podem contribuir para “reforçar os papéis tradicionais de homem e de mulher na esfera doméstica e condicionar a posição de homem e de mulher no mercado de trabalho (MIOTTO, 2008, p. 140)”.

Conforme a autora supracitada, o Estado regula um padrão de família e estabelece sua função social, deste modo, os papéis sociais de homens e mulheres estabelecidas no patriarcado se tornam mais expressivo no âmbito familiar e incidem na inserção dos indivíduos nas outras esferas da vida em sociedade, em particular no mercado de trabalho (MIOTTO, 2008).

Para compreender de forma mais sistemática o sentido prático da reprodução dos papéis sociais do ser homem e do ser mulher, tratou-se de considerá-la através de uma experiência particularizada no município de Imperatriz. Objetivou-se, dessa maneira, conduzir esta reflexão através de uma realidade específica vivenciada no Cras de abrangência da região do Grande Santa Rita.

3 A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA E A REPRODUÇÃO DOS PAPEIS SOCIAIS DO SER HOMEM E DO SER MULHER ATRAVÉS DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS SANTA RITA

No município de Imperatriz a implantação do Cras Santa Rita, ocorreu no ano de 2010. Esse tem desenvolvido ações com famílias e indivíduos em seu contexto social, objetivando a orientação e fortalecimento do o convívio sócio-familiar e comunitário da



população em situação de vulnerabilidade e risco social, seguindo de maneira genérica as orientações nacionais⁶.

Atualmente a política conta com uma estrutura física alugada e readequada pela prefeitura. Nesta estrutura o atendimento as famílias abrange: recepção e acolhida das famílias, de seus membros e dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social; visitas domiciliares; oferta de serviços do PAIF; inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; recadastramento e desbloqueio do cartão Bolsa Família e; encaminhamento das famílias para outros serviços da política de proteção social.

Nessa estrutura possui salas amplas onde são oferecidos cursos de capacitações e geração de trabalho e renda (depilação, cabeleireira, pintura em tecido, manicure, oitinho, informática, bordado em fita, corte e costura, panificação). Além disso, há dos espaços para o trabalho lúdico com as crianças (a brinquedoteca e o espaço conviver), outro para desenvolver atividade física com idosos e, outro, para o trabalho com os adolescentes do programa federal pro-jovem.

No CRAS Santa Rita os serviços que objetivam o fortalecimento dos vínculos familiares, o empoderamento das famílias e a difusão de informações relacionadas aos direitos sociais básicos são desenvolvidos em grupos de convivência que se reúnem periodicamente. Esses grupos são divididos por situação de fragilidade própria do ciclo de vida sendo eles: Grupo Brincando e Aprendendo composto por crianças de 2 a 6 anos; Grupo Troca de Saberes composto por idosos; Grupo Vínculos de Amor composto por mulheres gestantes e; Grupo Laços e Abraços composto por mulheres.

O Grupo Brincando e Aprendendo reúne duas vezes por semana e tem por objetivo o acompanhamento de crianças através de atividades lúdicas visando desenvolver sua sociabilidade, coordenação motora e ainda fortalecer sua convivência familiar e comunitária. Já no Grupo Troca de Saberes os encontros acontecem uma vez por mês e visam à difusão de informações relacionadas aos direitos sociais e a saúde da pessoa idosa, e ainda fortalecer a auto-estima, os vínculos de afetividade e sociabilidade dessas pessoas que se encontram na terceira idade, tendo como propósito a elevação da sua qualidade vida.

O Grupo Vínculos de Amor encontra-se mensalmente e nele são trabalhados temas relacionados ao período de gestação, aos cuidados da criança, a alimentação da gestante e esclarecidos seus direitos, além disso, procura-se estimular a mulher grávida a

⁶ Cabe destaca que a política possui alguns pontos que divergem das orientações nacionais que serão ressaltados durante esse capítulo.



umentar sua auto-estima e, como estímulo a participação das gestantes, nos finais do período gestacional, é oferecido um pequeno enxoval. Enquanto que o Grupo Laços e Abraços propõem às mulheres em situação de vulnerabilidade social o exercício da cidadania incentivando essas a buscarem a efetivação dos seus direitos, para tanto são desenvolvidas palestras informativas e de sensibilização.

Ao observar os grupos de convivência pode-se constatar que, com exceção do grupo “Brincando e Aprendendo” composto por crianças, os demais são majoritariamente compostos por mulheres e também, com restrição do grupo “Troca de Saberes” composto por idosos, os demais estão voltado prioritariamente as mulheres.

Outro fator que merece uma reflexão refere-se às atividades desenvolvidas no grupo de gestantes, pois é notório o reforço destas aos papéis sociais atribuídos historicamente as mulheres, do cuidado com as crianças. Além disso, esse grupo não busca incentivar a participação dos homens no acompanhamento da gestação dos seus filhos. Na nossa compreensão esse incentivo poderia proporcionar a desconstrução desses papéis socialmente construídos.

Os relatos das entrevistadas apontaram ainda a falta de compreensão dos profissionais que implementaram a política na região do grande Santa Rita com a realidade local, além disso, esses partilharam da idéia de que essas qualificações profissionais são fáceis, práticas e representam um baixo custo operacional tanto para o usuário como para o governo. De acordo com Violeta:

A maioria da população usuária do CRAS Santa Rita é feminina, então esses cursos ofertados atendem as necessidades de sua demanda por serem cursos fáceis e práticos e ainda possibilita as mulheres a geração de renda de maneira mais fácil, porque elas podem desenvolver até mesmo em suas residências. Elas podem estar pintando uma unha... Podem fazer salgados na sua própria cozinha... Além disso, os materiais são baratos pra elas estarem adquirindo.

Além disso, observou-se que antes de viabilizarem esses cursos não fora realizado nenhum diagnóstico que possibilitasse analisar as reais necessidades do mercado de trabalho local para possível inserção dessas famílias, como também não atentou-se para as reais necessidades das famílias. Esses fatores implicam na insegurança dos usuários em relação à escolha do curso e ainda na sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho e na geração de renda.

Outro fator importante encontrado no discurso das entrevistadas refere-se a reprodução da ideologia capitalista que responsabiliza a família com os cuidados dos seus



membros atribuindo a mulher o papel de cuidadora e também o fenômeno histórico da divisão sexual do trabalho, resultando do sistema patriarcal capitalista, que impõe as mulheres trabalhos precarizados e de baixo prestígio.

De fato, os cursos de qualificação e capacitação profissional oferecidos pelo CRAS, tem contribuído para reproduzir os papéis entendidos historicamente e atribuídos socialmente as mulheres, pois esses são ocupações tradicionalmente feminina. Além disso, pode-se observar que esses têm difundido valores que molda o modelo de mulher que interessa ao sistema patriarcal capitalista, aquela que ajuda nas despesas doméstica e ainda se responsabiliza pela reprodução social dos indivíduos ao desenvolverem o trabalho domestico não remunerado. Esse fator pode ser constatado pela fala Girassol: *“a partir do momento em que ela faz o curso elas podem tá trabalhando em casa e educando seus filhos e também é uma forma de tá ganhando um dinheirinho, tanto para comprar algo pra si, como também para as crianças.”*

Deste modo é perceptível que ao conduzir uma política centralizada na família, a o CRAS Santa Rita tem reproduzir os estereótipos, pois trabalham em conformidade com as atribuições históricas e sociais do ser homem e do ser mulher, tanto no que se refere aos grupos de convivência quanto aos cursos de qualificação e capacitação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos empreendidos fora constatado que, a centralidade na família da Política de Assistência Social, tem contribuído para a reprodução dos papéis sociais atribuídos historicamente aos homens e as mulheres. Na nossa compreensão, essa reprodução é fruto da concepção de família empreendida pelo sistema capitalista, cujo padrão patriarcal tradicional permeia as relações sociais entre homens e mulheres.

Além disso, na sociedade capitalista fora atribuídos a mulher um papel importante para a proteção social do núcleo familiar, uma vez que essa tem sido responsabilizada historicamente pelo trabalho doméstico.

O estudo realizado no CRAS Santa Rita, contribuiu para elucidar as condições da política de proteção social no atual contexto e visualizar o reflexo dessa política na localidade estudada, sobretudo no que diz respeito à reprodução social dos papéis estereotipados do ser homem e do ser mulher.

Observou que embora os avanços alcançados pela Política de Assistência Social nos últimos anos, o público usuário desta política tem sido composto majoritariamente por



mulher, e que essa não tem incorporado na sua implementação e efetivação em uma perspectiva gênero. Assim sendo, não tem incentivado a participação masculina nos seus serviços, fato esse justificado pela sua indisponibilidade de tempo, devido o seu exercício laboral, o que sugere a naturalização do papel do homem como provedor da família.

Além disso, ao observar os serviços desenvolvidos pelo CRAS Santa Rita, percebeu-se que esses estão de acordo com a divisão sexual do trabalho e com os papéis atribuídos socialmente às mulheres, pois notou-se um reforço no que se refere aos papéis sociais de cuidadora, de responsável pela estruturação do grupo familiar e pelo trabalho doméstico, fatores esses considerados essenciais para a manutenção do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BAUER, Carlos. Breve história da mulher no mundo ocidental. São Paulo: Edições Pulsar, 2001. 142p.

BOSCHETTI, Ivanete (org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.280p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Brasília, D.F. 2007

_____. Constituição Federal, 1988.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=210530#>>, acesso em 10 de abril de 2013.

_____. NOB-RH/SUAS. Resolução nº 269 de 13 de dezembro de 2006. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2006.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

IMPERATRIZ. Secretaria de Desenvolvimento Social. Relatório de Gestão. Imperatriz: SEDES, 2010. p. 125.

LOBO, Elisabeth S. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.232p.



SOUSA, Jailson de Macedo. A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética 2009. p. 221

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: costa, Albertina (org). Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capital. Recife: SOSCORPO, 2010. 57-66p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 176.